

O Tribunal da Relação do Porto tem a honra de se associar ao lançamento da Obra “Comentário sobre a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” e, de uma forma especial, aqui hoje comemorar essa mesma Convenção.

Vivemos a calamidade da pandemia, com números de infecção crescentemente preocupantes, impondo-se-nos cada vez mais ser muito atentos quanto ao rigoroso cumprimento das regras sanitárias prescritas pela Direcção Geral de Saúde, não nos permitindo, infelizmente, a proximidade a que a nossa dimensão afectiva sempre nos impulsiona nos momentos em que nos revemos e nos saudamos.

Refiro isto porque me parece importante que todos nós aqui reunidos fiquemos tranquilos, uma vez que procurámos observar aqueles princípios e regras de higiene e sanidade pública, sobejamente conhecidos, para que todos possamos ficar tranquilos após este nosso encontro.

Mas a pandemia, assim observados rigorosamente os ditos princípios e regras, não deverá constituir obstáculo absoluto à realização de eventos e cerimónias da maior importância para uma sociedade que se pretende Inclusiva e Igualitária, mormente aquelas em que a Dignidade da Pessoa Humana é a bandeira hasteada.

Trata-se, pois, de um momento de rara importância, dominado pela mais alta relevância dos Direitos Humanos que estão em causa, importância essa que foi

seguramente a determinante para que tantas Ilustres personalidades tenham acedido ao nosso convite, nos tempos que corremum verdadeiro desafio, assim conferindoao momento a merecida solenidade e o devido prestígio.

Não posso, pois, deixar de aproveitar esta minha intervenção para, como anfitrião deste Tribunal da Relação do Porto,agradecer penhoradamente a todos os presentes, manifestando muita alegria e honra pela distinção da vossa presença, de todos e de cada um.

Aqui fica, pois, essa palavra de profundo Agradecimento

Senhora Provedora de Justiça, Professora Doutora Lúcia Amaral

Ex.mas e Ex.mos comentadores da obra apresentada, que saúdo nos elementos coordenadores, Professoras *Doutoras* Luísa Neto (FDUP), Paula Távora Vítor (FDUC) e meu ilustre Colega e Amigo Desembargador Joaquim Correia Gomes, assim como nas pessoas dos Ilustres Comentadores aqui presentes.

Senhor Dr. João Cottim Oliveira

Senhoras Professoras Doutoradas

ANA SOFIA CARVALHO,

ANABELA LEÃO,

ROSSANA CRUZ,

TERESA MAGALHÃES,

e INÊS ESPINHAÇO GOMES

Senhor PROFESSOR DOUTOR ANDRÉ LAMAS LEITE

E Senhora PROCURADORA, DRA. LEONOR TEIXEIRA

Ex.mo Senhor Vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura, Juiz Conselheiro José António de Sousa Lameira, por si e em representação de sua Excelência o Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça Conselheiro António Picarra.

A presença de V. Exa representa para todos quantos exercem funções nesta Relação motivo de grande regozijo e orgulho, sublinhando o pleno sentido de oportunidade desta cerimónia celebrativa da Convenção dos Direitos das Pessoas portadoras de deficiência, à imagem do que, também com o vossa entusiástica participação, aqui celebrámos no ano 2019 os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 40 Anos da Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

Ainda se encontram patentes na entrada deste Salão nobre as placas com a expressão “Livres e Iguais”, alusivas a tais celebrações.

Senhores Juízes Conselheiros, Senhoras e Senhores Desembargadores, Senhoras e Senhores Juízes de Direito.

Uma saudação muito especial ao Senhor Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra, Desembargador Luís Azevedo Mendes, meu querido Colega e amigo, cuja presença é firme nestes momentos de celebração e muito nos honra.

Ex.ma Senhora Vice-presidente do Tribunal Central Administrativo do Norte, Desembargadora Ana Paula Coelho dos Santos, por si e em representação da Senhora Presidente, Desembargadora Fernanda Esteves.

Senhor Presidente da Comarca do Porto, Desembargador José Rodrigues da Cunha.

Senhoras e Senhores Magistrados do Ministério Público, a todos saudando na pessoa da Ex.ma Senhora Procuradora Regional Distrital, D. ra Raquel Desterro, a quem dirijo uma palavra muito sincera de apreço e elevada estima e consideração.

Ex.mas Senhoras e Senhores Advogados, que cumprimento da pessoa do Ex.mo Senhor Dr. Paulo Pimenta, Presidente do Conselho Regional do Porto da AO.

Magnífico Reitor da Universidade do Porto, Senhor Professor Doutor António Sousa Pereira.

Ex. ma Senhora Presidente da Escola de Direito da Universidade do Minho Professora Doutora Cristina Dias.

Ex. mo Senhor Professor Doutor Mário Ferreira Monte, membro integrado e Director do Centro de Investigação Interdisciplinar de Direitos Humanos da Universidade do Minho.

Ex. mo Senhor Director da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Professor Doutor Altamiro da Costa Pereira.

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Moreira.

Ex. mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Dr. Miguel Pereira Leite.

Sr. Dr. Hugo Tavares e Senhora Dra. Joana Trigó, representantes do Gabinete de Inclusão da Câmara Municipal do Porto.

Permitam-me aindasaudar, apesar de não poder estar presente, o Senhor Dr. Fernando Paulo, Vereador na CMP, responsável pelos pelouros da Educação, Habitação e Coesão Social, aqui assinalando o gosto imenso que este Tribunal da Relação tem tido na criação e desenvolvimento de parcerias de intervenção social com a Câmara Municipal de Porto, mormente na protecção aos mais frágeis e desprotegidos, muitos portadores de deficiência, por vezes com pequenos gestos reveladores de que estes também existem e são merecedores da nossa melhor atenção, protecção e carinho.

E nunca podemos esquecer que o Porto é a cidade do Liberalismo, que ao longo deste ano vem sendo comemorado, Cidade da Liberdade e da Igualdade e, portanto, direi (por que não?), cidade dos Direitos Humanos.

Ex.mo Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Dr. António Tavares.

Cumprimento também todos quantos assistem a esta cerimónia através dos canais digitais disponíveis, Via Zoom e Justiça TV, dirigindo uma particular saudação à Senhora Presidente da APPACDM do Porto, D.ra Teresa Guimarães e ao Senhor Presidente do Conselho Directivo do Instituto Nacional para a Reabilitação, Dr. Humberto Santos.

A todos agradeço a vossa participação e a honra que nos concedem com avossa presença nesta comemoração de Direitos Humanos e dedicada à Convenção sobre as Pessoas com Deficiência.

Disse comemoração, pois embora se trate hoje de proceder ao lançamento da obra, “Comentário” à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, pretendemos também comemorar e assinalar, para além do Diploma em si Universal, a sua carga axiológica e o imperativo que a todos se impõe de, para além do respeito pela norma e da sua análise jurídico-formal, respeitar, mediante atitudes e comportamentos, os direitos dos visados, as pessoas portadoras de deficiência.

É esse apelo e esse alerta que neste Tribunal da Relação hoje temos também vontade de proclamar!!

No Mundo maravilhoso em que vivemos, existe muita magia e muita poesia, mas existe também, e cada vez mais, sofrimento e exclusão.

E hoje falamos das pessoas portadoras de deficiência, com a consciência de que todos nós o somos.

Todos nós somos e devemos ser sempre pessoas portadoras de deficiência!

Digo assim, porque embora possamos não o ser em termos médicos ou técnicos, não é esta uma realidade que nos possa ser alheia, pois é-nos intrínseca, trata-se de uma dimensão também nossa, que toca o seio das nossas famílias e surge nos lugares mais improváveis e longínquos de todo o planeta.

Os direitos das pessoas portadoras de deficiência dizem-nos respeito como elementos de uma comunidade global que se pretende saudavelmente justa e que muito tarda em sê-lo.

Como disse Eleanor Roosevelt, “afinal, onde começam os direitos Universais? Em pequenos lugares, perto de casa – tão perto e tão pequenos que eles não podem ser vistos em qualquer mapa do Mundo. No entanto, estes são o Mundo do Indivíduo; a vizinhança em que ele vive; a escola ou universidade que ele frequenta...”

Vivemos a ditadura de um Mundo, este sim portador de muitas e graves deficiências, que cega e teimosamente insiste em recusar reconhecer os direitos mais elementares das pessoas portadoras de deficiência.

Não existe deficiência, existe diferença!!

A deficiência mora no olhar do preconceito, na ignorância, na ausência de carácter, na hipocrisia!!

Por culpa do atavismo da nossa sociedade, impróprio dos tempos ditos modernos em que vivemos, são os portadores de deficiência um dos elos mais fracos de uma corrente humana, que tantas vezes se arroga e pretende saudável, mas que persiste em não assumir no seu dia-a-dia, nos mais simples gestos da relação social, a consciência de que se aquele frágil elo se quebrar, por ignorância e preconceito e continuado desrespeito e incumprimento das regras e valores humanos, sejam de ordem ambiental ou de natureza comportamental ou cultural, toda a cadeia entrará em decadência e seremos todos vítimas do colapso, não apenas aqueles que esquecemos e desrespeitamos, mas toda a comunidade que se perfilha de Justa, Igual e Inclusiva.

Repito, se a Dignidade das pessoas portadoras de deficiência, que é uma questão de direitos humanos e uma condição imperativa de justiça social e Princípio estruturante do Estado de direito democrático, não for uma realidade urgentemente concretizada, é a Dignidade de todos nós, enquanto cidadãos, individual e colectiva, do próprio Estado, que fica em causa e falece.

Está em causa, pois, a dignidade Humana de todas as Mulheres e Homens Livres, essencial à construção da sociedade livre, justa, igualitária e solidária, com que todos sonhamos e tão proclamada na nossa Lei Fundamental.

É a Pessoa Portadora de Deficiência, é essa Mulher e esse Homem que esta Convenção das Nações Unidas, a primeira deste Século XXI, visa proteger.

Não existe melhor forma de homenagear todas as Mulheres e Homens ditos portadores de deficiência, do que, aqui e hoje, como é timbre deste Tribunal da Relação do Porto em toda a dimensão dos Direitos Humanos, fazê-lo com a apresentação deste “Comentário” sobre os direitos das Pessoas com Deficiência.

Uma obra de excelência, cujo acesso é livre e encontra-se em <https://www.incm.pt/portal/arquivo/livros/gratuitos/CDPDI.pdf>, cuja coordenação foi protagonizada pelas Senhoras ProfessorasDoutorasLuísa Neto (FDUP), Paula Távora Vítor (FDUC) e pelo meu ilustre Colega e Amigo Desembargador Joaquim Correia Gomes.

Às Senhoras Professoras e ao Senhor Desembargador quero dirigir uma palavra de especial apreço, não propriamente pelo mérito e importância da obra, pois muito melhor que eu o fará a Senhora Provedora de Justiça que vai ter a bondade de a apresentar, mas pela gentileza que tiveram em nos lançar o repto, imediata e jubilosamente aceite, de neste Salão Nobre ser feito o seu lançamento, o que muito honra esta Relação e a todos quantos neste Palácio de Justiça do Porto exercem as suas funções, sejam Magistrados de segunda ou primeira instância, sejam oficiais e funcionários de justiça, sejam Advogados que neste Palácio exercem continuamente, ao longo de gerações, o seu múnus de fazedores de justiça, em especial na senda da defesa e proclamação dos direitos humanos, tendo esta Casa como sua.

Esta obra mereceu a participação de 32 notáveisComentadores,Mulheres e Homens com singulares e brilhantes percursos, que se afirmaram pelo seu talento e

pelo seu mérito, sendo incontornáveis referências da Academia, das Magistraturas, da Advocacia e de quem no terreno enfrenta a luta diária da protecção e inclusão social e profissional das pessoas portadoras de deficiência, seja como profissional, seja no seu quotidiano de vida.

A todos os Ex. mos Comentadores renovo a mais franca saudação e o mais vivo agradecimento.

A excelência desta magnífica obra é tão evidente e manifesta, que mereceu o aplauso de sua Excelência o Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, Eng. António Guterres, que se dignou prefaciá-la.

Devo dizer que ainda tivemos a esperança da sua participação pessoal nesta cerimónia, em directo, por teleconferência, mas, por suas dificuldades de agenda, tal não veio a ser possível.

Como disseo sociólogo brasileiro e activista dos direitos humanos Herbert José de Souza, “os Países não mudam pela sua economia, sua política nem pela sua ciência, muda sim pela sua cultura”

É verdade, o respeito pelos direitos humanos tem uma componente muito vincada de índole cultural, sendo essa, mais do que a jurídica, a determinante razão e motivação da presença de Vossas Excelências, de todos nós nesta sala, exactamente porque, no exercício das mais diversas funções, seja como Magistrados, seja como Professores Universitários, seja como Advogados, seja como Médicos, seja como Autarcas, seja na como representantes de entidades públicas que lidam diariamente com Pessoas portadoras de deficiência e pugnam pela sua plena integração familiar e sócio-profissional, todos sabemos que é necessário cumprir o caminho da plena e colectiva consciencialização desta realidade, que é tocante a toda a humanidade, uma realidade que deve ser acarinhada e protegida em cada pensamento e em cada gesto de cada um de nós.

Senhora Provedora da Justiça

Permita-me que em nome desta Casa da Justiça, expresse a Vossa Excelência, sem limites, a minha e nossa gratidão por mais uma vez nos honrar com a vossa luminosa presença e notável intervenção, em cerimónia de Direitos Humanos nesta Casa da Justiça.

Temos realmente tido o imenso privilégio de aqui a receber e de Vossa Excelência colhermos Ensinamentos que nos deixam marcas muito gratas, enquanto agentes da Justiça e de porta-vozes da Dignidade da Pessoa Humana.

Bem-Haja Senhora Provedora de Justiça e dos Direitos Humanos, Professora Doutora Lúcia Amaral.

É por se tratar esta de uma Casa de Justiça que temos a obrigação de assinalar esta Obra evocativa dos direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, numa luta que a todos cumpre assumir como causa comum, em prole do processo de dignificação daqueles que ainda hoje, neste século XXI, são vítimas de discriminações intoleráveis, cujo combate se revela imperativo e urgente.

E, na senda desse combate, após a brilhante apresentação da Obra pela Senhora Provedora de Justiça e demais intervenções, daremos lugar à Música, comunicação sublime de sentidos e de emoções, organização de sons e silêncios que transcende a palavra falada, como nos diz Rui Vieira Nery.

Será pelas mãos do Pianista Marco Figueiredo, já uma Amigo desta Casa (permita-me que assim o trate), que, escutando o mágico corrido das teclas deste piano maravilhoso, teremos um momento de nosso silêncio atento, também de reflexão e de homenagem a todos os portadores com deficiência, numa peça

improvisada que, focada na realidade que aqui hoje nos congrega, em 3 tempos nos transportará a sentimentos de alerta e também de deslumbramento, sonhando com o Mundo Perfeito e Igual que todos idealizamos.

Muito obrigado